

melhores possibilidades que o Reino de Deus liberta e oferece para um futuro digno da sua criação, da nossa terra.

6. As nossas esperanças para esta vida podem permanecer, em boa parte, escondidas aos olhos da história — tal como a semente na terra — e só são claramente perceptíveis aos olhos da fé e da esperança. Quem tem este olhar, luta com amor pela justiça, pela paz, pela dignidade da pessoa, pelo equilíbrio da natureza, por um progresso e uma libertação integrais, trabalha pelos valores do Reino nos limites da história com a certeza de que permanecem eternamente.

7. Os actores históricos deste modo de realização do Reino de Deus são — a partir de Jesus — as pessoas que deixam impregnar as suas opções fundamentais, as situações da vida pessoal, o ambiente da vida social pela vontade da justiça e paz de Deus. Podem sê-lo de modo expressamente cristão a partir da fé ou até de modo anónimo como homens de boa vontade, isto é, de rectidão de consciência.

8. Todavia, a Igreja como comunidade daqueles que professam explicitamente a sua esperança na vinda do Reino, é a comunidade em que, desde agora e de modo privilegiado, podem e devem realizar-se alguns sinais da presença da justiça, da promoção humana e da paz, dentro de si e no mundo, em ordem a um futuro sobre a terra que seja mais digno do homem. Neste quadro coloca-se a Doutrina Social da Igreja que aponta ideais históricos concretos.

«Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exactamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o homem no projecto de Deus que é a construção do Reino da paz e justiça, já a partir desta vida. É a perspectiva bíblica dos novos céus e da nova terra a qual inseriu na história o estímulo e a meta para o avanço da humanidade»<sup>16</sup>.

ANTÓNIO DOS SANTOS MARTO

## A doutrina social da Igreja como evangelho social

Foi sobretudo a partir dos textos de João Paulo II, e nomeadamente da encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, que se começou a afirmar com uma grande clareza que a Doutrina Social da Igreja (DSI) faz parte do núcleo profundo, religioso, de todas as intervenções da fé na sociedade e na história<sup>1</sup>. Quer dizer que a DSI, assim toda a actividade da Igreja para com o mundo, tem de estar englobada na sua missão de prolongar o projecto de Jesus: pregar o evangelho pelas palavras, pelos gestos, pela presença no meio do povo. A DSI é, pois, antes de mais, um anúncio do Evangelho de Cristo e das suas implicações para a vida social, dentro do contexto actual da nossa cultura e da nossa sociedade. Este aspecto merece ser realçado tanto mais que não foi frequente, no passado, pôr a DSI em relação com o evangelho ou com a evangelização. Ela foi vista por largo tempo como um projecto bastante isolado dentro da acção da Igreja, ligado quase exclusivamente à iniciativa da hierarquia, acusado mesmo, a certa altura, de ter mais a ver com uma estratégia ideológica<sup>2</sup>, pelo menos implícita, do que com a missão de evangelizar. Explicitemos,

<sup>1</sup> Manifestamos o nosso reconhecimento por ver incluído este texto num volume de Homenagem a dois insígnis professores da Faculdade de Teologia no Porto e nas instituições de ensino que a precederam: os Reverendos Doutores José António GODINHO DE LIMA e António Augusto de SOUSA MARQUES. A longa actividade pedagógica e docente de ambos nas áreas bíblica e filosófica, respectivamente, formou gerações de cristãos e de ministros da Igreja e as instituições científicas a que estiveram ligados, nomeadamente os Seminários Diocesanos do Porto e o Centro de Cultura Católica, representaram um bom contributo da Igreja para a construção da vida cívica portuguesa.

<sup>2</sup> É conhecido o debate desencadeado pela publicação da obra: M.-D. CHENU — *La 'doctrine sociale' de l'Eglise comme idéologie*. Paris, 1979.

então, os principais aspectos desta identidade entre a DSI e as implicações ético-sociais da pregação do Evangelho<sup>3</sup>.

### 1. A DSI: Ideologia ou Evangelho?

Vejam as principais afirmações do magistério social recente enquanto a este ponto e observemos como existe uma novidade de acentuação se as compararmos com os pronunciamentos do passado.

**1.1.** Constatamos, em primeiro lugar, que a consciência da ligação entre a DSI e evangelização aparece afirmada no contexto daquilo que o actual Papa João Paulo II chama uma «nova evangelização»<sup>4</sup>. Eis o que escreve na sua mais recente encíclica social, *Centesimus Annus*:

«A 'nova evangelização', da qual o mundo moderno tem urgente necessidade, e sobre a qual várias vezes insisti, deve incluir entre as suas componentes essenciais o anúncio da doutrina social da Igreja»<sup>5</sup>.

E, mais adiante, esclarece sobre o que se entende por este anúncio:

«a doutrina social, por si mesma, tem o valor de um instrumento de evangelização: enquanto tal, anuncia Deus e o mistério da salvação em Cristo a cada homem e, pela mesma razão, revela o homem a si mesmo. A esta luz, e somente nela, se ocupa do resto»<sup>6</sup>.

O resto, quer dizer, como o texto enumera logo a seguir, os direitos humanos, a sorte dos trabalhadores, a família, a cultura, a economia,

<sup>3</sup> A colocação da DSI numa perspectiva evangelizadora e teológico-moral tem merecido alguns estudos. Entre esses: A. GALINDO — *Naturaleza de la Doctrina Social de la Iglesia*. In A. CUADRON, coord. — *Manual de Doctrina Social de la Iglesia*. Madrid: BAC; Fundacion Pablo VI, 1993, p. 59-87; COMMISSIONE EPISCOPALE PER I PROBLEMI SOCIALI E IL LAVORO — *Nuova evangelizzazione e solidarietà sociale*. A cura de G. Crepaldi. Bologna, 1992 (vários estudos atinentes à problemática); H. CARRIER — *A inculturação da Doutrina Social da Igreja*. Brotéria. 1993, 136, p. 144-161. Em ordem a uma contextualização geral da DSI enquanto intervenção ética sobre a sociedade, ver: M. VIDAL — *Moral de Actitudes. III: Moral Social*. 7ª ed. 1991, p. 47-74; B. SORGE — *Introduzione*. In *IL DISCORSO sociale della Chiesa: Da Leone XIII a Giovanni Paolo II*. Brescia, 1988, p. V-XXV. Para uma bibliografia recente sobre a DSI, ver CUADRON — *Manual*, p. XXV-XXXIV.

<sup>4</sup> JOÃO PAULO II — *Discurso à CELAM*. 9 de Março de 1983.

<sup>5</sup> CA, 5.

<sup>6</sup> *Ibidem*, 54.

a política, a paz, ou seja, todos os âmbitos da vida em sociedade. A mesma afirmação está patente no texto de 1987, sobre o desenvolvimento dos povos *Sollicitudo Rei Socialis*, a vinte anos da *Populorum Progressio*:

«O ensinamento e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja... [são] o exercício do *ministério da evangelização* no campo social, que é um aspecto da *função profética* da Igreja»<sup>7</sup>.

Esta consciência do carácter querigmático da DSI não apareceu de chofre. Houve um longo caminho a percorrer. Convém que evoquemos brevemente o caminho dessa progressiva tomada de consciência.

**1.2.** Olhando um pouco para trás, para o texto *Rerum Novarum* de Leão XIII, constatamos que esta consciência era menos visível. A encíclica aborda a situação de 'miséria imerecida' dos operários, situação que tem como origem «a desumanidade dos patrões, a cobiça de uma concorrência desenfreada... o desaparecimento dos princípios do sentimento religioso»<sup>8</sup>. Faz um diagnóstico de ordem moral e religiosa para a questão social e, em conformidade, a proposta de solução apresentada pela encíclica assenta mais na refutação do socialismo e na acentuação da necessidade de não empreender qualquer acção social «à margem da Igreja»<sup>9</sup> do que no anúncio da implicação ética do Evangelho.

Era uma intervenção da Igreja para com a sociedade, mais de ordem auto-defensiva e, se assim se pode dizer, paternalista. Segundo um ponto de vista muito conhecido, a Igreja entende-se a si mesma como uma sociedade dentro de outra sociedade, com a qual se relaciona segundo os mecanismos do poder. Muito embora reconhecendo-se como uma sociedade de finalidade espiritual, a Igreja privilegia os mecanismos do poder e da diplomacia, para assegurar o cumprimento da sua missão. Neste contexto, a DSI, que tem de resto grande dificuldade em encontrar a sua justificação,

<sup>7</sup> SRS, 41.

<sup>8</sup> RN, 1.

<sup>9</sup> RN, 12.

aparece mais como uma consequência da necessidade de sobrevivência política da Igreja do que como algo proveniente da sua lúdima missão espiritual.

Por sua vez, o texto de Pio XI, *Quadragesimo Anno* de 1931, prolonga e acentua algumas dessas limitações. Também aqui se põe em evidência que a intervenção da Igreja é da ordem da verdade e da lei moral, que a Igreja tem missão de divulgar e interpretar, as quais «sujeitam e subordinam [ao juízo da Igreja] a ordem social e as próprias questões económicas»<sup>10</sup>. Em nome desta subordinação, se elabora um sistema social bastante integrado, com pretensão de se construir como uma 'terceira via', corporativista, equidistante do capitalismo e do socialismo. Assumindo-se, em certo modo, como uma tutela da Igreja sobre a sociedade política e económica, a DSI é um elemento controverso da missão da Igreja, ambíguo e sujeito a infiltrações de ordem ideológica. Não se vê com facilidade que o programa da DSI seja um anúncio evangélico.

Foi o Concílio Vaticano II, na sequência do novo ambiente criado pelas encíclicas de João XXIII, que renovou o carácter do ensinamento social, fazendo dele um contributo querigmático, ou seja, proveniente daquela «perícia em humanidade» que é dada à Igreja pela presença de Cristo, o Homem Novo. Sintomático desta novidade é o facto de, nos textos do Concílio, se ter evitado deliberadamente a expressão «doutrina social da Igreja» e se usar, por exemplo, a fórmula «doutrina cristã sobre a sociedade humana»<sup>11</sup>.

A diversa acentuação dos pronunciamentos sobre a sociedade provinha do novo ambiente de sincero diálogo da Igreja com o mundo moderno que foi típico da primavera conciliar. A Igreja deixa de olhar sobre o mundo com desconfiança, mas olha para o mundo com um olhar benevolente e interrogativo, de modo a aperceber-se da sorte da humanidade. Doravante, usa as ciências sociais e humanas para compreender os mecanismos da vida social, pois só depois

<sup>10</sup> QA, 41.

<sup>11</sup> GS, 23. Houve um tempo em que esta proposta de substituir a designação «doutrina social» por «ensinamento social», ou outra parecida, andou muito em voga. Debaixo dessa proposta está a preocupação de mostrar a mudança de perspectiva a que nos referimos. Hoje é um dado assente que, embora mantendo a antiga e popular designação de DSI, é a nova perspectiva que se veicula.

deste passo pode discernir teologicamente sobre o destino do homem e do mundo e intervir sobre a situação histórica.

No seu incansável magistério social, o actual Papa não se tem cansado de pôr em evidência este facto, em continuidade perfeita com o espírito conciliar. Eis o que escreve na *SRS*:

«A doutrina social da Igreja não é 'uma terceira via'... mas uma categoria a se. Não é, muito menos, uma ideologia, mas a *esforçada* formulação dos resultados de uma atenta reflexão sobre as complexas realidades da existência do homem... O seu objectivo principal é interpretar tais realidades, examinando a conformidade ou disformidade com as linhas de ensinamento do evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e transcendente, para orientar seguidamente o comportamento cristão».

E conclui:

«Essa pertence, pois, não ao campo da *ideologia*, mas da *teologia* e especialmente da teologia moral»<sup>12</sup>.

A DSI actual tem, pois, uma consciência perfeitamente clara do seu estatuto de ser um discernimento ético-teológico sobre a sociedade, integrado no projecto fundador da Igreja de anunciar do Evangelho da ressurreição do Senhor «até aos confins da terra». Esta consciência foi sendo assumida, de forma por vezes penosa, ao longo das décadas do nosso século.

## 2. Uma DSI evangelizadora

Vejamos, então, mais de perto as características desta figura renovada da DSI, entendida como parte da missão de evangelizar<sup>13</sup>.

2.1. A primeira grande afirmação consiste em colocar a DSI como parte da teologia, mais precisamente, da teologia moral. Este é um dado importantíssimo, cheio de consequências. Dentre essas, pomos em evidência duas.

<sup>12</sup> *SRS*, 41.

<sup>13</sup> Algumas destas características do novo discurso social da Igreja são particularmente postas em evidência no trabalho de B. Sorge citado ao início.

Primeiro, quanto ao sujeito desse ensinamento. Já aludimos a que a DSI tradicional erá prevalentemente descendente, da Hierarquia para o laicado. Neste novo modelo, o sujeito da DSI é todo o povo de Deus, tendo em conta a diversidade de funções e competências. Com efeito, antes de ser uma competência de peritos, a teologia é uma função de todo o cristão que reflecte sobre a sua fé e tem direito e dever de comunicar, com humildade e espírito construtivo, o resultado da sua procura. Em situações concretas de ordem social e política, esta reflexão de todos os membros do povo de Deus, poderá revelar-se muito importante, não só na aplicação dos princípios da DSI aos casos concretos, mas mesmo no progresso desses princípios.

A segunda novidade refere-se ao método de elaboração. Tradicionalmente, a DSI era um ensinamento dedutivo que, desde os princípios de uma filosofia perene, de um direito natural imutável e da Revelação divina, válidos sempre e em toda a parte, deduzia caminhos de solução para os problemas concretos das sociedades. Na sua nova versão, a DSI procede de uma forma totalmente diferente. Citemos um texto da *Octogesima Adveniens* de Paulo VI para ilustrar esta novidade quanto ao método:

«Às comunidades cristãs cabe analisarem, com objectividade, a situação própria do seu país e procurarem iluminá-la com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cumpre haurirem princípios de reflexão, normas para julgar e directrizes para a acção, no ensinamento social da Igreja, tal como esse tem vindo a ser elaborado no decurso da história... A essas comunidades cristãs incumbe o discernirem, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os Bispos responsáveis e em diálogo..., as opções e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e económicas que se apresentam como necessárias com urgência»<sup>14</sup>.

As etapas deste método são conhecidas de todos e podem ser resumidas pelas três palavras: ver - julgar - agir.

Houve um conjunto de aspectos da vida da Igreja que possibilitaram esta tomada de consciência renovada sobre a identidade da DSI.

<sup>14</sup>OA, 4.

2.2. O primeiro desses aspectos refere-se à valoração diferente do estatuto e da missão dos leigos na Igreja e na sociedade. Foi a *Mater et Magistra* de João XXIII quem primeiro afirmou a laicidade da vida sócio-económica e a autonomia dos leigos dentro dela. Ele escreve:

«[Passar à acção] é dever dos nossos filhos no laicado... em virtude do seu estado de vida. ... No exercício de tão nobre função, é necessário que sejam profissionalmente competentes... e se movam em conformidade com as leis que lhes dizem respeito e as conduzam ao seu fim próprio...»<sup>15</sup>.

Na *Pacem in Terris*<sup>16</sup>, é deixado à consciência dos fiéis leigos a colaboração ou não com os outros cidadãos que aderem a outras mundividades que não a fé cristã. Por sua vez, o Concílio Vaticano II deu a fundamentação eclesiológica a esta visão dos leigos e encarregou-os mesmo da elaboração da DSI. É necessário, afirma o decreto sobre o apostolado dos leigos, que sejam competentes

«para serem capazes de colaborar, naquilo que lhes diz respeito, tanto no progresso dessa doutrina como na aplicação conveniente dela aos casos concretos»<sup>17</sup>.

Por sua vez, o passo conhecido da Constituição *Gaudium et Spes*<sup>18</sup>, recomenda-lhes que assumam a sua própria responsabilidade e não esperem que os pastores tenham sempre pronta a solução para todos os novos problemas que vão surgindo. A presença dos leigos na sociedade com o objectivo de promover a dignidade humana integral, à luz da DSI, é um critério de eclesialidade de uma associação laical, segundo a *Christifideles Laici*<sup>19</sup>.

A actuação apostólica dos leigos na transformação da sociedade, que chamamos acção social e DSI, à luz dos critérios evangélicos decorre pois do baptismo e da confirmação dos fiéis e é uma forma de expansão do mistério pascal de Cristo, isto é, da evangelização do mundo.

<sup>15</sup>MM, 240 s.

<sup>16</sup>PT, 160.

<sup>17</sup>AA, 31.

<sup>18</sup>GS, 43.

<sup>19</sup>ChL, 30.

2.3. Um outro avanço na concepção sobre a DSI que a coloca na perspectiva da evangelização é a necessidade do diálogo com todos os homens de boa vontade e mesmo da colaboração com outras mundividências sobre a história.

Foram os textos de João XXIII que começaram a debruçar-se sobre este aspecto. A *Mater et Magistra* exorta os leigos a não comprometerem a sua fé mas a

«mostrarem-se animados por um espírito de compreensão, desinteressados e dispostos a colaborar lealmente na execução de projectos bons por natureza ou redutíveis ao bem»<sup>20</sup>.

Por sua vez, a *Pacem in Terris* lembrava que não se pode comprometer o absoluto do evangelho mas que se pode colaborar em projectos de mundividências diferentes, tendo o cuidado de «não confundir o erro com o errante»<sup>21</sup>.

O princípio do diálogo é completado por outro muito importante. Trata-se de afirmar a relatividade dos movimentos históricos de finalidade económica, social, cultural e política e a sua diferença por relação a doutrinas filosóficas elaboradas que versam sobre um sentido do homem e do mundo incompatível com a mundividência cristã<sup>22</sup>. Se, relativamente a estas os cristãos devem manter uma distância crítica, em relação aos primeiros, pode tornar-se oportuno uma colaboração por parte deles.

Desta forma, a Igreja se faz colóquio<sup>23</sup> com o mundo, se faz palavra, se faz evangelho para toda a família humana. Aqui se abre um imenso campo para a tarefa de inculturação da DSI na diversidade das situações a nível mundial e não só. O ensinamento social não é uma grandeza monolítica mas pressupõe uma hermenêutica, uma leitura interpretativa, na base dos 'sinais dos tempos', das oportunidades de cada situação, das exigências de cada conjuntura.

2.4. A DSI é instrumento de evangelização enquanto toma consciência do seu carácter de proposta ético-religiosa e abandona, de uma vez por todas, a sua tentação de se constituir uma 'terceira

<sup>20</sup>MM, 239.

<sup>21</sup>PT, 158.

<sup>22</sup>Ibidem, 159 s.

<sup>23</sup>Cf. ES, 192.

via' entre capitalismo e colectivismo ou simplesmente de ser 'mais' uma via ao lado de muitas propostas que existem para guiar a vida social, económica e política.

Basta lembrarmos os textos eloquentes aqui já citados, da *Sollicitudo Rei Socialis* e da *Centesimus Annus* para nos convencermos de que a DSI não pretende, de nenhum modo, ser 'uma sociologia cristã'. Colocando-se no interior do método teológico-moral, ela não despreza os dados das ciências sociais nem, muito menos, fica prisioneira deles. Estes dados entram debaixo da sua consideração, mas como percurso para uma síntese normativa superior, expressão da exigência ética do evangelho para a vida social. Deste modo, a DSI considera a pluralidade das leituras da ciências humanas, a pluralidade dos caminhos que existem para solucionar as mesmas situações. Porém, a sua proposta está focalizada pela dignidade humana e só à luz desta empenha a sua palavra de anúncio daquilo que a respeita ou de denúncia daquilo que a contradiz.

Digamos para concluir este ponto que as condições do nosso mundo de fim de século e de milénio vieram ajudar a DSI a clarificar o seu ponto de vista. Se nos tempos da *Rerum Novarum* e da *Quadragesimo Anno* a questão social assumia uma proporção controlável, sob a forma da condição indigente de uma classe social, o operariado, ou do confronto de dois sistemas económicos de pretensão hegemónica, o capitalismo e o colectivismo, hoje a questão social assume proporções mundiais, ou seja, põe em causa a própria sobrevivência da humanidade. É o próprio género humano que está em causa, o próprio habitat da humanidade que faz dificuldades às instâncias internacionais. A evolução do mundo põe em causa a humanidade no seu conjunto. É a própria vida que está em questão, a verdadeira qualidade da vida da humanidade. Em tais circunstâncias, a palavra da DSI pode situar-se, sem as tentações de outrora, no seu lugar absoluto, pode versar sobre a vida na sua qualidade última. O esclarecimento da dignidade humana é-lhe pedido com mais urgência do que nunca.

Deste modo, a DSI é saudavelmente constrangida a ser evangelho, a pôr diante de uma humanidade indigente o anúncio do Homem Novo que a Igreja leva em si.

### 3. A DSI e a responsabilidade da fé para com a sociedade

Ocorre, neste momento, esclarecer de uma forma mais crítica e mais profunda a questão da responsabilidade da fé para com a sociedade. Temos de perguntar-nos se esta proposta de compreensão da DSI como intervenção ética da fé para com a sociedade dá conta da relevância do Evangelho para om a sociedade e para com a história.

Para sistematizar, podemos conceber três atitudes fundamentais na compreensão da problemática da relevância do anúncio do Evangelho para com a sociedade e para com a história<sup>24</sup>. A primeira atitude poderíamos caracterizá-la como 'desmundanização da fé'; a segunda atitude, como 'politização da fé'; a terceira, que defenderemos, pode-se apelar como mediação ética entre a fé e a sociedade.

**3.1.** O programa de desmundanização da fé é típico de uma certa forma de acolher, em teologia, uma direcção muito característica da Modernidade que consiste na privatização da atitude religiosa. De facto, sabemos como o pensamento moderno procedeu a uma depuração epistemológica pela qual o único conhecimento verdadeiro é o verificável empiricamente, de modo que a fé, não sendo algo que se possa incluir neste âmbito, passa a ser algo do foro privado, da área das convicções e não das evidências. Mais além, no âmbito da cultura, as convicções religiosas recuam da vida pública para a vida privada, movimento conhecido como secularização. Este programa complexo teve efeitos na teologia. Cite-se, a título de exemplos, o modo como as fontes bíblicas são interpretadas, separando a fé do seu revestimento cultural mitológico, como é o caso dos estudos de R. Bultmann.

No que a nós interessa especialmente, vemos que, a partir de tais princípios, a função do Evangelho não consiste na santificação do mundo, mas precisamente na sua radical laicização. O programa do Evangelho não é trazer o mundo para a esfera do religioso mas

<sup>24</sup> Sobre este assunto, cf.: J. RATZINGER — *A Igreja e a nova Europa*. Lisboa, 1994, p. 45-53; J. B. METZ — *La fede nella storia e nella società: Studi per una teologia fondamentale pratica*. Brescia, 1978, p. 54-85.

dessacralizá-lo, por forma a que o mundo recupere inteiramente a sua mundanidade. Não compete, pois, à fé procurar influenciar a sociedade em vista de a organizar segundo os princípios de uma ordem cristã, mas compete-lhe retirar-se discretamente para que a sociedade se oriente pela razão. Os cristãos são convidados a comprometerem-se na vida pública e mesmo na luta política, dos mais diversos modos, mas a título privado. A fé, enquanto tal, não desencadeia um movimento histórico e visível nem constitui um elemento a ter em conta na construção da sociedade.

Em conformidade com tais ideias, não tem sentido uma doutrina social da Igreja, muito menos concebida sob a forma de uma proposta englobante de um projecto de sociedade. Não tem sentido, igualmente, qualquer movimento social católico ou qualquer referência a um modelo de cristandade ou intervenção política dos católicos, através de um partido político ou outra.

**3.2.** A reacção a estas ideias não se fez esperar. A partir dos anos sessenta surgiu uma corrente teológica na Europa, a teologia política, que visava inverter o sentido desta aparente ineficácia da fé para com o andamento da sociedade. Esta movimentação europeia foi acompanhada, sobretudo na América Latina, pela 'teologia da libertação'.

Estas novas formas de entender a relação da fé para com a sociedade e a história assentam essencialmente na constatação de que o programa de desmundanização, apesar das suas aparências de acrisolamento da mensagem de Jesus e de purificação da fé dos cristãos, acabava por ter como consequência um certo 'aburguesamento' da religião cristã, derivada de uma cedência inocente ao programa de secularização da Modernidade. Mais em concreto, resulta do programa desmundanizador uma real desmobilização dos cristãos perante as exigências transformadoras do movimento messiânico original de Jesus. E mais do que isso, a fé torna-se insensível ao estado de injustiça clamorosa do mundo actual. No fim de contas, o Evangelho perde toda a pertinência história e o seu anúncio não tem qualquer efeito visível no andamento da história humana.

Daí que, para resumir, podemos dizer que, por formas diversas, as teologias aludidas têm em comum a interpretação em sentido político dos principais conceitos da fé cristã, especialmente o conceito de 'Reino de Deus' que é interpretado como metáfora da sociedade organizada politicamente de forma perfeita. Viver a fé correctamente implica um compromisso político efectivo de transformação das estruturas da sociedade. A fé corre o risco, em tais circunstâncias, de se transformar numa ideologia política e de cair facilmente num integrismo, seja de esquerda seja de direita.

Neste contexto, o conteúdo do que chamamos 'doutrina social' assume um papel preponderante, quer seja a DSI oficial, quer sejam diversas outras formas de sua substituição.

**3.3.** A forma correcta de conceber a articulação da responsabilidade da fé para com a sociedade cremos que não é nenhuma destas formas extremas, mas uma que tem como terreno mediador precisamente a ética. O que se entende por este programa é o que será exposto no ponto seguinte. Queremos, porém, fazer desde já algumas observações introdutórias.

Ocorre dizer, antes de mais, que a fé não se identifica com uma ética social, pois tal posição enferma de moralismo. O que acontece é que a proclamação do Evangelho e a adesão da fé implicam também uma projectação da vida, mesmo da vida social e política, na base dessa experiência fundadora que é a fé em Cristo. É certo, convém afirmá-lo com vigor, que a fé não anula nem prescinde da razão humana que concebe e projecta a sociedade. O que acontece é que a fé assume a razão humana e convida-a a transcender-se na forma da estima e realização dos valores da vida sócio-política.

Poderíamos prevenir ainda uma observação sobre esta maneira de conceber o nexa entre a proclamação do Evangelho e a sua repercussão sócio-histórica. Será eficaz para a vida pública esta forma ética de mediação? Cremos que a eficácia da fé não pode ser compreendida em termos quantitativos ou imediatistas. Enquanto proclamação da verdade de Deus e da verdade sobre o homem, a sociedade e o mundo, o anúncio do Evangelho não pode esperar outra eficácia se não aquela que é mediada pela liberdade dos indivíduos que aderem gratuitamente à verdade e projectam a sua

vida com responsabilidade, mesmo em confronto e, às vezes, em conflito. A verdade do Evangelho faz-se história do mundo não pela força de um poder, mas por uma acção de consciência.

#### 4. Uma sociedade justa na base da dignidade humana

Sendo essencialmente evangelizadora, a mensagem social do cristianismo apresenta-se como um anúncio do homem novo e um serviço em ordem a uma nova sociedade. Eis como falou desta diaconia o Sínodo dos Bispos de 1971:

«A Igreja recebeu de Cristo a missão de pregar a mensagem evangélica, a qual comporta a vocação do homem para se converter do pecado para o amor do Pai, e a fraternidade universal e, por consequência, a justiça no mundo. Esta é a razão por que a Igreja tem o direito e mesmo o dever de proclamar a justiça no campo social, nacional e internacional, bem como de denunciar as situações de injustiça, sempre que os direitos fundamentais do homem e a sua própria vocação o exijam. A Igreja não é a única responsável pela justiça no mundo; cabe-lhe, no entanto, uma responsabilidade própria e específica, que se identifica com a sua missão de testemunhar diante do mundo a exigência de amor e de justiça contida na mensagem evangélica; testemunho que deve, contudo, verificar-se nas instituições eclesiais e na vida dos cristãos.

À Igreja enquanto comunidade religiosa e hierárquica de per si não compete oferecer soluções concretas no campo social, e económico e político, para a justiça no mundo. A sua missão, porém, implica a defesa e a promoção da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa humana»<sup>25</sup>.

**4.1.** A primeira das tarefas do ensino social é a proposta de um ideal de homem e a explicitação da dignidade humana. É este contributo antropológico a mais radical oferta da fé à sociedade. Iluminada pela ressurreição de Jesus, a comunidade dos crentes propõe aos seus concidadãos um ideal de vida plena, em Cristo

«princípio e modelo dessa humanidade renovada a que todos aspiram, cheia de amor fraterno, de sinceridade e de espírito de Paz»<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> SÍNODO DOS BISPOS — Exortação pós-sinodal *Iustitia in mundo*, 37 s.

<sup>26</sup> AG, 8.

Olhando o rosto pascal de Cristo, o Homem que precede o homem, o pensamento crente penetra com especial profundidade o destino do homem, pessoa e sociedade, e do mundo. No 'Ecce Homo' está encerrado e patente o mistério do homem, na sua grandeza e na sua miséria, desfigurado pelo pecado e dignificado na liberdade de Jesus. «Para conhecer o homem, o homem verdadeiro, o homem integral, é preciso conhecer a Deus», é uma afirmação central da teologia, retomada por Paulo VI e pela CA<sup>27</sup>. No mistério total de Jesus, na sua vida e no seu mistério pascal de morte, ressurreição e parusia, pode a reflexão teológica haurir uma insuspeitada luz para elaborar uma antropologia que ilumine a profundidade da pessoa, a existência em comunhão e em sociedade, a situação do homem no cosmos. Esta antropologia é urgentíssima, se tivermos em vista um certo cansaço da nossa civilização desarticulada, a emergência de fenómenos como o Sida e a toxicod dependência, a questão ecológica, a solidariedade entre povos e gerações, e assim por diante. A Igreja diz-se a si mesma perita em humanidade. Uma perícia que, se não se apresentar com qualquer revestimento triunfalista, mas com a veste de uma busca e proposta humilde, é mais que urgente perante os debates do nosso tempo.

Por isso, João Paulo II pôde repetir:

«o desenvolvimento do homem vem de Deus, do modelo que é Jesus homem-Deus, e deve conduzir a Deus. É a razão pela qual existe uma estreita ligação entre o anúncio do Evangelho e a promoção do homem»<sup>28</sup>.

Tanto nas análises que faz como nas suas propostas, o pensamento social cristão pode atingir a raiz dos problemas com uma acuidade própria. Sabe que, no fundo de toda a injustiça e de todo o desequilíbrio no processo de desenvolvimento, está também o pecado, muitas vezes tornado estrutura, que tende a escapar à liberdade do sujeito humano. Por isso, para desenvolver o homem e o mundo é necessário que a graça de Cristo o livre da fragilidade da sua liberdade que chamamos pecado e o faça capaz de comunhão e socialização.

<sup>27</sup> Cf. CA, 55.

<sup>28</sup> RM, 59. e ainda PP, 14-21. 40-42; SRS, 27-41.

Em conformidade com isto, podemos dizer que todos os pronunciamentos da Igreja contêm uma componente social, mesmo os mais espirituais. É neste sentido, sobretudo, que podemos entender a afirmação repetida de João Paulo II, e presente na DSI desde Leão XIII, de que, fora de Cristo e do seu Evangelho, não há solução para a questão social<sup>29</sup>.

**4.2.** Além de anúncio do homem novo, o ensinamento social caracteriza-se como avaliação e crítica das estruturas que balizam a vida do homem.

Iluminada desde o ponto focal absoluto que é a humanidade glorificada de Jesus, a Igreja pode relativizar todas as estruturas sociais e fazer um juízo sobre essas, avaliando a sua correspondência com a dignidade do homem ou a sua contradição com ela. Se é certo que não compete ao sujeito crente, enquanto tal, uma intervenção técnica na organização sócio-económica, no sentido estrito, compete-lhe esta análise das estruturas da sociedade segundo o critério da sua correspondência ou não com a dignidade da pessoa humana implicada e proclamada pelo Evangelho.

No seu ensino, a Igreja não apoia indiscriminadamente certas soluções, perante outras que são igualmente legítimas. Mais importante, porém, é o princípio segundo o qual, quando a Igreja não intervém perante situações que ofendem a dignidade humana, ela se encontra a fazer política, em sentido estrito. Por isso, é seu dever denunciar. É seu dever, sobretudo, em nome do futuro absoluto que existe em Cristo, para a pessoa e para a sociedade, profetizar uma sociedade em contínuo processo de libertação de condições menos humanas para condições mais humanas. E, para que isto seja possível, cultivar nos seus membros o espírito crítico e a fuga da mentalidade sectária.

**4.3.** Além de apresentar o homem em toda a amplitude do conceito e de intervir criticamente na sociedade em nome da dignidade humana, a DSI projecta a vida social para o seu futuro absoluto, escatológico. Com efeito, o apostolado cristão, o apostolado social, sabe que a sua amplitude não se restringe à transformação da

<sup>29</sup> Cf., por exemplo, CA, 5.

sociedade nos limites de um qualquer projecto intramundano, por muito elaborado que fosse e respeitador da dignidade do homem. O ensinamento social está ciente de que

«para se cumprir a justiça e serem bem sucedidas as tentativas dos homens para a realizar é necessário o *dom da graça* que vem de Deus»<sup>30</sup>.

Quer dizer que o futuro absoluto é dom gratuito da liberalidade divina que opera a recriação do homem e da sociedade, dando-o a si mesmo para além da lonjura do pecado pessoal e estrutural. A DSI, neste sentido,

«anuncia ao *homem* a salvação de Deus,... oferece-lhe, através dos sacramentos a vida divina... cumpre uma missão religiosa e transcendente a favor do homem»<sup>31</sup>.

Testemunha a utopia escatológica a crescer na sociedade, quando esta vive já da caridade e realiza, em esboço, a comunhão dos santos.

**4.4.** Se quiséssemos, muito brevemente, aludir aos principais valores que medeiam e compendiam a intervenção da Igreja para a nossa sociedade nacional e mundial, talvez pudéssemos eleger estes: a opção preferencial pelos mais pobres, os direitos humanos, os valores da solidariedade e da subsidiariedade.

A opção pelos mais pobres vem primeiramente, pois é muito própria da mundividência cristã, desde a práxis de Jesus. Este princípio é para ser tido em conta sobretudo nas decisões políticas sobre a economia. A justeza de uma política tem de ser encarada segundo as repercussões previsíveis na vida dos mais débeis da cadeia social. Tem particular importância nas medidas sobre o emprego.

A solidariedade, como expressão da empatia entre os membros de toda a humanidade e a tradução ética da realidade sociológica da interdependência entre populações e povos, tem-se tornado um horizonte mobilizador de todos os esforços por fazer crescer a justiça no mundo. A solidariedade entende-se da humanidade, no

<sup>30</sup> CA, 59.

<sup>31</sup> Cf. CA, 55.

sentido da empatia entre as gerações actuais, mas também destas com as gerações futuras, e ainda da solidariedade com a natureza. Esta última é urgente ser refeita, pois foi muito quebrada pela mentalidade 'conquistadora' do cosmos pelo homem da tecnocracia. O Evangelho cristão muito contribuiu para o conteúdo e a promoção deste valor e para o colocar no centro de um conjunto de preocupações da sociedade mundial.

Quanto aos Direitos Humanos, a sua proclamação tornou-se importante para a Igreja enquanto essa referência se constitui como plataforma de encontro de várias correntes humanistas no que toca à promoção e ao respeito pela dignidade humana. Sendo embora controversa, esta categoria continuará a desempenhar um papel-chave no esclarecimento e respeito progressivo pela autêntica dignidade humana.

O princípio de subsidiariedade tem valência no âmbito eclesial, mas sobretudo no âmbito político. Ele é oriundo da DSI e é hoje tido na mais alta estima pela sua operatividade para resolver inúmeras questões que se põem ao associativismo de povos. A subsidiariedade é apta a harmonizar a coexistência justa entre a comunidade política e os corpos intermédios, ou então a regular a convivência de povos reunidos em pactos de consistência diversa, mas respeitando a legítima autonomia política e identidade cultural.

O apelo para a estima destes e dos outros valores da DSI pressupõe, é justo lembrá-lo aqui, a necessidade da inculturação, uma vez que existem várias sensibilidades, a vários níveis. Alguns dels (por exemplo, os Direitos Humanos) foram assumidos pela DSI após um processo complexo e a sua aptidão para exprimir os valores evangélicos equivale, não raro, a um grande esforço de os traduzir segundo a disponibilidade mental própria de espaços culturais que os desconhecem ou têm dificuldade em os integrar no respectivo universo.

A difusão destes valores éticos, que o são do Evangelho e dos ideais autênticos humanistas da modernidade europeia e de muitas outras civilizações é um primeiro passo no caminho de um anúncio explícito de Cristo. Quando lutam pela sua realização, os cristãos realizam verdadeiramente aquela ideia do actual Papa segundo a qual «o homem é o caminho da Igreja». Por outro lado, os cristãos

acomodados a uma fé sem consequências éticas são postos perante a necessidade de «frutificar em caridade para a vida do mundo».

### 5. O estilo e os agentes da evangelização do social

Encaminhando-nos já para o termo deste estudo, fazemos ainda referência aos actores da evangelização da sociedade.

**5.1.** É evidente que a tarefa de evangelizar a sociedade compete a toda a Igreja, à comunidade eclesial no seu conjunto. Sem esquecer que a comunidade cristã é uma comunidade articulada em diversos serviços e ministérios, é mais importante afirmar que é, antes de mais, enquanto um todo que ela desempenha a diaconia do testemunho do homem novo e da nova sociedade.

Lembremos também que o sujeito da chamada DSI é o povo de Deus na sua globalidade. São suficientemente conhecidas as críticas que falam de um ensinamento exclusivamente descendente, pontifício ou episcopal. Hoje, apesar de continuar a ser emanado pelos Papas, existe a consciência de que a DSI emana, mais profundamente, da consciência eclesial, através de diversas formas de consulta. Existe sobretudo, como já foi aludido, a necessidade de o ensinamento social ser concretizado, segundo as exigências de cada local ou de cada sector da vida social, pelos crentes aí implicados, dentro desta consciência de que a Igreja está toda em cada uma das suas partes.

**5.2.** Em segundo lugar, a tarefa da nova evangelização da sociedade compete aos organismos de apostolado organizado que têm por missão específica a intervenção nos meios, como sejam, a escola, o trabalho, a cultura. Menção especial merecem os movimentos de Acção Católica que operam directamente nestes meios, em ordem à sua evangelização e animação cristã da sociedade. Através do seu conhecido modo de proceder, a revisão de vida (ver - julgar - agir), estes movimentos estão em sintonia próxima com o procedimento da DSI. Muito importante seria que adquirissem uma competência sempre maior no conhecimento dos

documentos por forma a que os critérios da sua revisão de vida fossem os da DSI.

A história dos organismos da Acção Católica esclarece-nos sobre o estilo de actuação dos diversos movimentos. A história recente <sup>32</sup>, principalmente desde o fim do Antigo Regime, mostra-nos uma grande variedade de estilos de actuação da fé na sociedade. De cariz mais assistencial ou mais político, umas vezes mais voltada para defender os interesses da Igreja, outras vezes mais preocupada com a sorte dos fracos e o testemunho profético de uma sociedade mais justa, o estilo de actuação dos nossos antepassados mostra-nos uma interacção entre o pensamento e a acção para a evangelização das realidades temporais. A Acção Católica sucedeu, no contexto do Estado Novo, a toda essa plurifacetada forma de intervenção. Também ela passou por numerosas vicissitudes. Podemos dizer, sem perigo de ser injustos, que a Acção Católica desempenhou o papel mais importante de presença profética da Igreja na sociedade. Com o seu novo perfil, continuarão essa importante tarefa no contexto dos nossos dias.

Os nossos Bispos asseveram num documento recente este papel aos cristãos no interior da sociedade em que vivemos:

«Precisamos de católicos de fé esclarecida, bons conhecedores das realidades portuguesas no contexto da actualidade internacional, que sejam os profetas das denúncias e dos anúncios esperançosos da Doutrina Social da Igreja» <sup>33</sup>.

De um modo geral, toda a pastoral social, da caridade à saúde, mesmo o ensino católico, estão incluídos nesta tarefa de realizar a justiça na sociedade e de, através do seu serviço às pessoas, sobretudo aos pobres e aos últimos (marginalizados e excluídos, drogados, vítimas do sida, imigrantes), mostrarem a face de Cristo, amigo dos pobres e profeta da solicitude de Deus pelo homem na situação de indigência.

<sup>32</sup> A história da presença da Igreja na sociedade portuguesa não está feita na sua totalidade. Um bom contributo para este ponto pode ver-se em: M. Braga da CRUZ — *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa, 1980.

<sup>33</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA — *Alguns aspectos da actual sociedade portuguesa: Mensagem dos Bispos ao Povo de Deus no ano da Doutrina Social da Igreja*. Lisboa, 1991, nº 22, p. 30.

**5.3.** Lugar especial na nova evangelização do social desempenham os espaços de formação cristã. Incluem-se aqui, sobretudo os espaços de formação teológica, universitários ou não, os institutos de investigação sócio-pastoral, mesmo as Comissões Justiça e Paz, os espaços de catecumenado e de catequese de adultos, os meios de comunicação social de inspiração cristã. Seria de desejar que, sobretudo as instituições universitárias, tivessem uma intervenção cívica mais visível, de forma que o ponto de vista cristão sobre a sociedade fosse conhecido e tido em conta no debate público e nos organismos de decisão política.

Em alguns países têm sido criadas, com um sucesso apreciável, escolas de formação sócio-política, com o objectivo de dar aos cristãos uma competência bastante para estarem activos e intervenientes na vida pública, política, económica, cultural, nos mass media.

### Conclusão

Chegou o momento de concluirmos, coligindo, em breves proposições, o sentido de quanto ficou dito:

**a.** A DSI tomou consciência, desde os anos do Concílio Vaticano II, do seu carácter ético-teológico e pastoral, livrando-se de alguma ambiguidade que a fazia um discurso ideológico ligado ao poder.

**b.** Este caminho teve como consequência normal a tomada de consciência do seu estatuto de Evangelho para a vida da sociedade e a transformação das culturas e da diversidade das situações sócio-económicas, num contexto de livre condução plural da sociedade mediante a participação responsável dos cidadãos.

**c.** É assim que os valores éticos que a DSI propõe (dignidade humana, cooperação, democracia, desenvolvimento integral e não só quantitativo, solidariedade e justiça, Direitos Humanos), que são simultaneamente os do Evangelho e de muitos ideais humanistas, proporciona uma plataforma de encontro entre a fé e a sociedade que pode mesmo redundar em anúncio explícito de Cristo.

**d.** A tomada de consciência do carácter ético e evangelizador do ensinamento social foi causa e consequência da renovação do modelo de Igreja que passou a entender-se como comunhão e como corresponsabilidade para a missão. Renovar a DSI significou revalorizar a missão dos leigos na evangelização das realidades sociais e a multiplicação de outros espaços e serviços para compreender a sociedade em que vivemos e intervir nela segundo os critérios evangélicos.

JORGE TEIXEIRA DA CUNHA